

**ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO MÉTODO
EM PESQUISA SOCIAL CIENTÍFICA /
*CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS AS A METHOD IN
SOCIAL SCIENTIFIC RESEARCH***

Norman Fairclough*

Versão para o português: Iran Ferreira de Melo**

Meu objetivo neste capítulo é descrever a Análise Crítica do Discurso (ACD) como um método que possa ser usado na pesquisa social científica. Pretendo referir-me, especificamente, a aspectos selecionados de um objeto de pesquisa particular: o papel diferenciado da linguagem no novo capitalismo.

Devo declarar previamente que guardo certas reservas quanto ao conceito de *método*. Não é difícil pensar em *método* como uma espécie de habilidade transferível se considerarmos a definição do termo como uma técnica, uma ferramenta numa caixa, da qual se pode lançar mão quando necessário e depois devolvê-la. A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento ou momento do processo social material (WILLIAMS, 1977), que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões

* Professor Emérito do Departamento de Linguística e Língua Inglesa da Universidade de Lancaster, Lancaster, Reino Unido; n.fairclough@lancaster.ac.uk

Este texto integra a obra *Methods of critical discourse analysis*, organizada por Wodak e Meyer, 2 ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

** Doutorando pela Universidade da São Paulo – USP, São Paulo, Brasil; iranmelo@hotmail.com

mais amplas sobre o processo social. Além do mais, esta perspectiva tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles engajando-se não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que coengajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos (FAIRCLOUGH, 2000a). Dito isso de outra maneira, todos nós deveríamos estar abertos a diferentes lógicas teóricas, a sua “interiorização” (HARVEY, 1996), tornando possível transformar as relações que existem entre elas.

Primeiramente, descreverei a posição teórica da atual versão da ACD. Em segundo lugar, o aparato de análise – o método – e a visão da crítica. Finalmente, darei exemplo utilizando uma questão particular do vasto objeto de pesquisa que é a língua no novo capitalismo – as representações da mudança na economia globalizada.

1 Posições teóricas da ACD: discurso como um momento das práticas sociais

Nesta sessão, estabelecerei o modelo da ACD que tenta incorporar a visão de língua como um elemento integrante do processo social material (ver CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2000a). Esta vertente da ACD está baseada em uma visão de semiose como a parte irreduzível dos processos sociais materiais. A semiose inclui todas as formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua. Vemos a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico. A concepção de práticas sociais no permite combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural, ou cotidiana.

Toda prática inclui os seguintes elementos:

- a. Atividade produtiva;
- b. Meios de produção;

- c. Relações sociais;
- d. Identidades sociais;
- e. Valores culturais;
- f. Consciência;
- g. Semiose.

Esses elementos estão dialeticamente relacionados (HARVEY, 1996). Em outras palavras, são elementos diferentes, mas não totalmente separados e distintos. Há um sentido no qual cada um internaliza os outros sem se confundirem entre si. Dessa perspectiva, as relações e identidades sociais, os valores culturais e a consciência são em parte semióticos, o que não permite inferir que as relações sociais, por exemplo, sejam teorizadas do modo como se faz nos estudos da linguagem – essas duas matérias têm propriedades distintas e pesquisá-las dá margem a disciplinas distintas.

A ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais. Essa disciplina preocupa-se particularmente com as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas. O papel da semiose nas práticas sociais, por sua vez, deve ser estabelecido por meio de análise. A semiose pode ser mais importante e aparente em determinada ou determinadas práticas do que em outras, e sua importância pode variar com o passar do tempo.

São três as maneiras de atuação da semiose. Primeiramente, atua como parte da atividade social inserida em uma prática. É parte do trabalho de um vendedor de loja, por exemplo, usar a língua de uma forma particular, e o mesmo acontece quando se governa um país. Em segundo lugar, a semiose atua nas representações. Os atores sociais, no curso de sua atividade, produzem não só representações das práticas em que estão inseridos (representações reflexivas) como de outras, recontextualizando-as (BERNSTEIN, 1990; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) e incorporando-as às suas próprias. Além disso, os atores sociais irão produzir representações de modo distinto, dependendo da posição que eles ocupam dentro de suas práticas. A representação é um processo de construção social das práticas – incluindo a autoconstrução reflexiva, as representações adentram e modelam os processos e práticas sociais. Em terceiro lugar, a semiose atua no *desempenho* de posições particulares. As identidades de

pessoas que operam em certas posições são apenas parcialmente determinadas pela prática em si. As pessoas de diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas, com experiências de vida diversas, produzem desempenhos distintos.

A semiose como parte da atividade social constitui gêneros discursivos. Os gêneros são as maneiras diversas de agir, de produzir a vida social semioticamente. São exemplos: a conversação cotidiana, as reuniões dos diversos tipos de organização, as entrevistas políticas e de outros tipos, e as críticas de livros. A semiose na representação e autorrepresentação de práticas sociais constitui os discursos, que são as várias representações da vida social. Os atores sociais posicionados diferentemente veem e representam a vida social de modo distinto, com discursos distintos. A vida de pessoas pobres, por exemplo, é representada nas práticas sociais do governo, da política, da medicina, da ciência social, e os diferentes discursos, inseridos nessas práticas, correspondem às diversas posições dos atores sociais.

A semiose no desempenho das posições constitui os estilos. Os médicos, professores ou ministros de governo, por exemplo, não têm simplesmente estilos semióticos em razão de sua posição nas práticas. Cada posição é desempenhada com estilos diferentes, dependendo de aspectos de identidade que excedem a construção das diversas posições. Os estilos são maneiras de ser, identidades, em seu aspecto semiótico.

As práticas sociais inter-relacionadas de maneira particular constituem a ordem social, como é o caso da atual ordem neoliberal globalizada emergente do novo capitalismo, ou, mais especificamente, a ordem social de educação de uma sociedade específica em um certo período de tempo. O aspecto semiótico de uma ordem social é o que podemos chamar de ordem de discurso. É a maneira de os diversos gêneros e discursos estarem inter-relacionados entre si. Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. Um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas. Por exemplo, pode haver uma maneira dominante de conduzir uma consulta médica na Inglaterra. No entanto, há outras maneiras que podem ser adotadas ou desenvolvidas em maior ou menor proporção, em oposição àquela dominante. A maneira dominante provavelmente

manterá a distância social entre médicos e pacientes e a autoridade do médico na interação, já as outras formas de proceder mais serão mais democráticas, menos autoritárias.

O conceito político de *hegemonia* pode ser útil quando aplicado à análise de ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 1992; FORGACS, 1988; LACLAU & MOUFFE, 1985). Uma determinada estruturação social da diversidade semiótica pode ser hegemônica, tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação. Mas a hegemonia, em seus períodos de crise, será sempre contestada em maior ou menor proporção. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, é, na verdade, um sistema aberto posto em risco pelo que acontece em interações reais.

A ACD, como indiquei anteriormente, oscila entre a ênfase na estrutura – nas mudanças na estruturação da diversidade semiótica (ordens de discurso) – e a ênfase na ação – no trabalho semiótico produtivo que acontece nos textos e interações. Nas duas perspectivas, o que importa são as articulações em mudança entre gêneros, discursos e estilos, a mudança da estruturação social entre esses elementos na estabilidade e permanência nas ordens de discurso e uma continuidade no trabalho das relações entre eles em textos e interações. O termo *interdiscursividade* está reservado para os textos e as interações: a interdiscursividade de um texto é parte de sua intertextualidade, é uma questão de quais gêneros, discursos e estilos os constituem, e como, no texto, esses aspectos são trabalhados para formar articulações particulares.

2 Estrutura analítica da ACD

Uma estrutura analítica para a ACD é representada esquematicamente abaixo. Foi modelada com base no conceito de *apreciação crítica explicatória* do teórico crítico de Roy Bhaskar (BHASKAR, 1986; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999):

1. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico.
2. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise:
 - a. Da rede de práticas no qual está inserido;
 - b. Das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão;

- c. Do discurso (a semiose em si):
 - i. Estrutura analítica: a ordem de discurso;
 - ii. Análise interacional;
 - iii. Análise interdiscursiva;
 - iv. Análise linguística e semiótica;
3. Considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não;
4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;
5. Refletir criticamente sobre a análise (1-4).

Uma característica-chave desse modelo é a combinação de elementos relacionais (2) com elementos dialéticos (4). Ele combina uma apreciação negativa, no diagnóstico do problema, com uma apreciação positiva, na identificação das possibilidades até então inconcebidas para sua resolução, levando em consideração a maneira como as coisas estão.

O estágio 1 mostra como essa abordagem da ACD é baseada em problemas. A ACD é uma forma de ciência social crítica, projetada para mostrar problemas enfrentados pelas pessoas em razão das formas particulares de vida social, fornecendo recursos para que se chegue a uma solução. É claro que isso leva a uma pergunta: um problema para quem? Na condição de ciência social crítica, a ACD tem objetivos emancipatórios e focaliza os chamados “perdedores” dentro de certas formas de vida social – os pobres, os excluídos socialmente, aqueles que estão sujeitos a relações opressivas de raça e sexo, e assim por diante. Mas isso não nos dá um conjunto de problemas sociais claramente definidos e incontroversos. Os assuntos problemáticos e que requerem mudança são inerentemente controversos e contestáveis, e a ACD estará inevitavelmente envolvida em debates e controvérsias sociais quando enfatizar certas características da vida social como problema.

O estágio 2 da apreciação crítica aborda o diagnóstico do problema de uma maneira bastante indireta, questionando quais são os obstáculos a serem superados. O que faz com que a estrutura e organização da vida social resistam a uma resolução descomplicada? O diagnóstico considera a maneira pela qual as práticas sociais se inter-relacionam, o modo de relação da semiose com outros elementos de práticas sociais e com características de discurso em si. Por ser o foco particular da análise do discurso, devo discutir esse aspecto mais detidamente.

Apresentei anteriormente a oscilação de ênfase da ACD entre a estrutura e a ação – ênfase na estruturação de ordens de discurso e ênfase no que acontece em determinadas interações. Os obstáculos para a resolução do problema têm certa relação com a estruturação social das diversidades semióticas nas ordens de discurso. É o que se observa, por exemplo, na maneira como os discursos de administração de empresas colonizou domínios do serviço público, tais como a educação. Os obstáculos são também, em parte, um problema de dominação ou de influência nas formas de interação, do uso da linguagem. Isso significa que devemos analisar as interações. A palavra *interação* é usada aqui em seu sentido amplo: a conversa é uma forma de interação, como também um artigo de jornal é, embora os interlocutores estejam distantes no tempo e no espaço. Nesse sentido, tanto o texto escrito como o televisivo ou digital são interações.

A análise interacional tem dois aspectos. Primeiro, há uma investigação interdiscursiva que busca responder à seguinte pergunta: como certos tipos de interação juntamente articulam os diferentes gêneros, discursos e estilos? A suposição que se faz aqui é que uma interação (ou texto) é tipicamente híbrida em termos de gêneros, de discursos e de estilos, ou seja, parte da análise está relacionada com o desenvolvimento de uma mistura particular de certos tipos de interação. O segundo aspecto é a análise linguística e de outras formas de investigação semiótica, como é o caso das imagens visuais. Devo não me deter aqui tanto na análise linguística.

Uma dificuldade encontrada pelos não especialistas em linguística é que há muitos aspectos da língua relevantes na interação para uma análise crítica. Existem, no entanto, listas de aspectos linguísticos que tendem a ser particularmente relevantes quando tratamos de análises críticas (como, por exemplo, no capítulo 8 de FAIRCLOUGH, 1992 e no capítulo 10 de FOWLER et al., 1979). Essa vertente da ACD se baseia na teoria linguística sistêmico-funcional (HALLIDAY, 1994), que tem a virtude de ser funcional, isto é, vê e analisa a língua, levando em consideração que ela (mesmo em sua gramática) é modelada pelas funções sociais a que tem serventia. Assim, fica relativamente fácil observar como categorias de análise social se conectam com categorias de análise linguística (Ver capítulo 8 de CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, para uma apreciação e comentário crítico a respeito desse tipo de análise linguística).

O estágio 3 da análise – considerar se a ordem social precisa do problema – é uma forma indireta de ligar as coisas como realmente são com o que elas

devem ser. Se alguém conseguir estabelecer, por uma apreciação crítica, que a ordem social gera uma série de problemas *necessários* para que ela se mantenha viva, isso fortalece as razões para uma mudança social radical. O problema da ideologia também surge aqui: o discurso é ideológico na medida em que contribui para a manutenção de relações particulares de poder e dominação.

O estágio 4 da análise transforma a apreciação crítica negativa em positiva, pela identificação das possibilidades de mudanças ainda não concebidas ou concebidas parcialmente, levando em consideração as coisas estão. Esse estágio pode estar voltado a apontar contradições, lacunas, deficiências dentro dos aspectos considerados dominantes na ordem social (como é o caso das contradições nos tipos de interação dominantes), ou ainda mostrar diferenças e resistência.

Finalmente, o estágio 5 é um momento em que a análise se torna reflexiva, questionando, por exemplo, sua eficácia como apreciação crítica, sua contribuição para a emancipação social e o ajuste, em seus posicionamentos, a práticas acadêmicas nos dias atuais tão ligadas ao mercado e ao Estado.

3 Exemplo: representações de mudança na economia global

O exemplo que escolhi para ilustrar essa abordagem da ACD são as representações de mudança na economia global. O significado de tais representações para as ciências sociais críticas surge como uma área mais ampla de pesquisa, à qual aludi anteriormente: a linguagem do novo capitalismo. Devo, portanto, começar relacionando aquela área a essa.

O novo capitalismo pode ser visto como uma rearrumação de práticas sociais. De acordo com Jessop (2000), tal rearrumação envolve tanto uma reestruturação quanto um reescalonamento. Novas relações estruturais estão sendo estabelecidas entre domínios da vida social, redes de práticas ou, utilizando os termos de Bourdieu (1979), campos. Notavelmente, há uma reestruturação das relações nos campos econômicos e não-econômicos, que compreende uma colonização massiva nestes realizadas por aqueles. Reescalonar pressupõe novas relações estabelecidas entre as diferentes escalas da vida social e entre as redes de práticas sociais nas diferentes escalas: global, regional, nacional e local. Desse ponto de vista, o fenômeno largamente conhecido como globalização não é simplesmente um movimento das organizações e processos econômicos de uma escala essencialmente nacional para uma essencialmente global: a globalização

tem uma longa história e o que de fato está em jogo são as novas relações entre as escalas.

Língua e semiose têm uma considerável importância na reestruturação e reescalonamento do capitalismo. Toda aquela ideia de uma economia baseada em conhecimento, na qual conhecimento e informação têm um novo e decisivo significado, é fruto de uma economia baseada no discurso: os conhecimentos são produzidos, circulam e são consumidos como discursos, os quais são operados como novas formas de agir e de interagir (inclusive como novos gêneros) e inculcados como novas formas de ser, novas identidades (inclusive com novos estilos). Um exemplo disso seria o conhecimento das novas maneiras de administrar organizações. A reestruturação e o reescalonamento do capitalismo é em parte um processo semiótico – a reestruturação e reescalonamento das ordens do discurso, envolvendo novas relações estruturais e escalares entre os gêneros, discursos e estilos.

A língua também é importante para a realização dessa reestruturação e reescalonamento do capitalismo. O termo neoliberalismo pode ser entendido como um referente a projetos políticos que visam a remover obstáculos (tais como Estados com fortes programas de assistência social) para o desenvolvimento do novo capitalismo (BOURDIEU, 1998). Como mostra Bourdieu, os discursos neoliberais são uma parte significativa dos recursos empregados na busca da concretização do projeto neoliberal. É nesse ponto que entra o meu exemplo: um aspecto particularmente importante do discurso neoliberal é o da representação da mudança na economia global difundida nas sociedades contemporâneas como inevitável e irresistível, sendo necessário apenas a adaptação e a convivência com ela.

O novo capitalismo é, então, uma rede de práticas novas, e parte dessa distinção reside na maneira como a língua atua dentro da rede – seus gêneros, discursos e estilos. Podemos distinguir três objetos de análise interconectados: dominação, diferença e resistência.

Primeiramente, devemos identificar quais gêneros, discursos e estilos são dominantes. Para ilustrar, poderíamos mencionar os gêneros reguladores da ação e da interação nas organizações (o tipo de linguagem que constitui o trabalho em equipe, a troca de ideias, as parcerias ou as avaliações); os discursos da economia neoliberal (inclusive as representações da mudança) disseminados e impostos internacionalmente por organizações como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio (com palavras-chave como “livre comércio”,

“transparência”, “flexibilidade”, “qualidade”); e os estilos de figuras-chave que devem assumir na nova ordem, empresários, gerentes, líderes políticos etc. Precisamos também considerar como esses gêneros, discursos e estilos são disseminados internacionalmente, reescalados, reestruturados, e em meio às áreas da vida social. O discurso e o gênero de negociação, por exemplo, fluem na vida familiar, militar, política e econômica.

Em segundo lugar, precisamos considerar uma certa faixa de diferença, de diversidade nos gêneros, discursos e estilos, e a estruturação e reestruturação social dessa diferença. Um ponto de discussão é o acesso: quem tem ou não tem acesso às formas dominantes? Outro ponto é a relação entre formas dominantes e não-dominantes, é preciso compreender como outros gêneros, discursos e estilos são afetados pela imposição dos novos gêneros, discursos e estilos dominantes. Por exemplo, o discurso político corrente converge sobremaneira para o discurso neoliberal. O que aconteceu, então, com os discursos radicais e socialistas? Como foram eles marginalizados? Como continuam a manter-se? Um erro a ser evitado é assumir que as formas dominantes são as únicas existentes.

Isso nos leva ao terceiro objeto de análise: a resistência. Gêneros, discursos e estilos dominantes são novos domínios colonizadores. Gêneros, discursos e estilos de administração de empresas, por exemplo, estão colonizando rapidamente os governos e setores públicos como educação, e estão entrando rapidamente nas diferentes escalas. Mas a colonização nunca é um processo simples, as novas formas são assimiladas e combinadas em muitos casos com as formas antigas. Existe um processo de apropriação delas, que pode levar a vários resultados, assimilação aquiescente, formas de resistência tácita ou mesmo mais abertas (por exemplo, quando as pessoas *jogam o jogo*, de uma maneira conscientemente estratégica, sem aceitá-lo), ou à busca de alternativas coerentes.

Como disse antes, o tipo de representações de mudança na economia global que me importa está disseminado, podemos encontrá-lo na mídia econômica, política e educacional e em outros tipos de textos. Em outro artigo (FAIRCLOUGH, 2000b), investiguei como as representações de mudança se movem entre os diferentes tipos de discurso. Também mostrei (FAIRCLOUGH, 2000c) que essas representações são uma característica relevante no discurso do *terceira via* na linguagem política do novo laborismo na Grã-Bretanha. O primeiro texto que discutirei foi selecionado como um exemplo típico – ele poderia ser suplementado por vários outros, e, em um estudo mais completo, seria. Esse texto é o Prefácio,

escrito pelo Primeiro Ministro Britânico Tony Blair em 1998, para o Ministério do Comércio e Indústria sobre competitividade do Departamento de Indústria e Comércio (1998). Esse artigo está reproduzido no Apêndice 1. Seguirei o modelo analítico dos cinco passos apresentados acima.

4 Ênfase no problema social que tem um aspecto semiótico

Para esta parte da análise, precisamos sair do texto, usando fontes acadêmicas e não-acadêmicas para entender o sentido do seu contexto social. A compreensão de quais são os maiores problemas sociais contemporâneos vem por meio de uma visão ampla da ordem social: ver a discussão acima sobre a língua no novo capitalismo. Darei ênfase a um ponto que considero ser um problema que se manifesta nesse texto e que pode ser resumido pela notória afirmação de Margareth Thatcher: “Não há alternativa” (em inglês, “There is no alternative”, frase que gerou a sigla TINA amplamente utilizada desde então). Trata-se do capitalismo global na sua forma neoliberal geralmente construído como externo, imutável e inquestionável, um simples fato da vida com que devemos nos conformar. Existem, entretanto, alternativas exequíveis de organizar as relações econômicas internacionais de modo que não tenham os efeitos prejudiciais do modelo atual (por exemplo, o aumento da defasagem econômica entre pobres e ricos e entre os estados) e que são excluídas da agenda política em razão dessas representações.

5 Identificar obstáculos para a resolução desse problema

Iniciarei com as redes de práticas nas quais textos como esse em questão estão localizados. O texto é parte de um livro branco, um documento de diretriz governamental, e localiza-se em uma das práticas da rede de práticas que constituem o governo. Contudo, governos nacionais estão cada vez mais se incorporando a redes de práticas mais abrangentes que incluem não apenas outros governos, mas também agências internacionais intergovernamentais e patrocinadas por governos – tais como a União Europeia, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional –, redes comerciais, entre outros. Os governos, de acordo com Castells (1998), estão cada vez mais funcionando como um ponto de interconexão dentro das redes transnacionais que se baseiam em complexos comerciais governamentais, cujas

funções centrais se focalizam na criação de condições (estruturas financeiras, fiscais, legais, o capital humano etc.) para o êxito da competição na nova economia global, sendo esta última apresentada como se fosse algo do conhecimento de todos. Tendo em vista que a prática em questão está protegida por essa poderosa rede, há um obstáculo substancial para a resolução do problema.

Considerando o segundo aspecto para a resolução dos obstáculos, a semiose, na relação com outros elementos dentro da rede de práticas, tem um papel crucial na imposição, expansão e legitimação da nova economia global. Bourdieu (1998) enfatizou a importância do papel do discurso do poder, como um elemento significativo dentre os vários recursos empregados por aqueles interessados em expandir e consolidar a nova ordem neoliberal. Isso significa que tais representações da nova economia e da mudança econômica não podem ser, de maneira alguma, ignoradas. Alguém pode se referir aqui a mudanças em governos e em formas de governar – a que a *New Labour* se refere como modernização do governo – que inclui um movimento dual de dispersão ou devolução do controle, e um fortalecimento do centro em certos aspectos especialmente na coordenação de diferentes ramos do governo e no gerenciamento de percepção. É, em parte, o que se conhece amplamente hoje como *spin*. O gerenciamento premia a linguagem utilizada pelo governo e o monitoramento cuidadoso dessa linguagem. Em níveis diferentes, portanto, a relação da semiose com outros elementos na rede de práticas constitui um obstáculo considerável para a resolução do problema.

O terceiro aspecto para a resolução do problema leva-nos ao discurso, a semiose em si, tanto em termos estruturais (ordem do discurso), como em termos interacionais. O problema torna-se de difícil resolução em razão da recontextualização (BERNSTEIN, 1990; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Representações da nova economia global e da mudança econômica, que se assemelham muito ao do exemplo, estão presentes, como disse anteriormente, nos discursos da economia, política, mídia, educação etc, tanto na Grã-Bretanha como internacionalmente. Tais representações fluem através da rede comercial-governamental transnacional e são recontextualizadas (e, como o conceito propõe, transformadas) de gênero para gênero, de um domínio de discurso para outro.

Voltando agora para a análise interacional, comentarei primeiro sobre as características da linguagem do texto em sua representação da mudança econômica e depois tratarei da interdiscursividade. Neste estágio da análise, terei que usar alguns termos da linguística, embora busque usá-los o mínimo possível. Como já

havia mencionado, o modelo de análise linguística está baseado na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994). As representações dominantes da nova ordem global têm certas características linguísticas previsíveis. Processos na nova economia são representados sem agentes sociais responsáveis, num presente dissociados do tempo e da história; e, no que se refere à modalização, as afirmações sobre a nova economia – frequentemente clichês bastante conhecidos – são representadas categoricamente como verdades desmodalizadas. Autoritariamente, há uma tendência de troca do *é* da economia para o *tem que ser* da política, e de deixar de lado o caso categoricamente para usar o *nós* em convocação a uma resposta. A nova realidade econômica é representada como universal, independentemente do lugar; uma série de evidências ou aparições da nova economia são representadas assindeticamente em listas. Mostrei em outro texto (FAIRCLOUGH, no prelo) que essas características são mantidas pela recontextualização, aparecendo em textos de economia (por exemplo, textos do Banco Mundial), textos políticos, educacionais etc. Essas características estão presentes no texto de Blair.

Na representação da mudança na economia e no mundo moderno, inexistem agentes sociais responsáveis. Os agentes dos processos materiais são abstratos ou inanimados. No primeiro parágrafo (“O mundo moderno foi varrido...”), “mudança” é o agente da primeira frase (passiva), e as “novas tecnologias” e os “novos mercados” são agentes da frase seguinte. Perceba-se que os últimos estão relacionados a processos intransitivos (“surgir”, “abrir”), representando mudanças como acontecimentos, processos sem agentes. A terceira frase é existencial, “novos competidores” e “novas oportunidades” aparecem meramente como existentes, sem serem situados dentro dos processos de mudança. Percebe-se também que, no terceiro parágrafo, é o inanimado “este novo mundo” o agente dos desafios. Em contrapartida, quando chegamos às respostas nacionais para esses implacáveis e impessoais processos de mudança mundial, os agentes sociais estão totalmente presentes, o comércio, o governo, o Departamento de Comércio e Indústria e especialmente *nós*.

Em se tratando de tempo, tempo verbal e modalização, a mudança mundial é representada num presente historicamente dissociado, e o mesmo acontece com os processos nacionais de resposta. A modalização é representada por clichês autoritários e categóricos nas cinco afirmativas do primeiro parágrafo, como se vê em “O mundo moderno foi varrido pela mudança”. A única referência histórica

ao passado é dada pela concepção de antigo sistema (na verdade, “antiquado”), em “a antiquada intervenção do Estado não funcionou e nem poderia” no parágrafo 4. Há uma tendência em trocar o *é* pelo *tem que ser*. O *tem que ser* está implícito nos parágrafos 2 e 3: “nosso sucesso depende de nosso êxito em explorar nossos recursos mais valiosos”, ou seja, nós devemos explorá-los. A necessidade de ação do governo e do comércio também é evidenciada em “esse novo mundo de mudanças comerciais deve ser inovador” e “governo deve criar”. A partir do parágrafo 5, o *tem que ser* é explícito e recorrente, o verbo auxiliar “deve” aparece seis vezes. O domínio do *é* refere-se ao mundo de mudanças, o do *dever ser* diz respeito às repostas nacionais para o mundo em mudança. Um divisor é textualmente construído entre economia e política, fato e valor, que exclui o anterior em favor do posterior, em contraste com a tradição democrática social da qual a *New Labour* se originou.

Ao contrário dos processos econômicos, os processos políticos têm, na realidade, agentes sociais responsáveis: o agente nos processos modalizados com o *must* é o *nós* em cinco dos casos, e “o governo” em um dos casos. Resumindo, a mudança do mundo é implicitamente representada independente de lugar, não há expressões de lugar no primeiro nem no terceiro parágrafo. Em outros textos isso pode ficar explícito em expressões do tipo “em qualquer lugar que olhamos no mundo contemporâneo”.

A sintaxe é feita pela parataxe, tanto nas relações entre frases, como na relação entre os elementos na frase. Tomemos, por exemplo, os dois primeiros parágrafos. O primeiro deles consiste de três frases justapostas (o segundo e o terceiro têm também orações relacionadas entre si de forma internamente justaposta), relacionando evidências da mudança do mundo. O mesmo vale para o segundo parágrafo, ainda que as frases estejam tematicamente relacionadas por conta dos temas pronominais anafóricos na segunda e terceira frases. A segunda frase contém sintagmas justapostos. Note-se que a sequência das frases não é significativa, ela muda sem nenhum efeito maior no significado. No parágrafo 2, há um pequeno rearranjo de palavras por causa da anáfora. De fato, o que é incluído ou excluído dessa lista de evidências é, de certa forma, arbitrário. A segunda frase do primeiro parágrafo, por exemplo, poderia ter sido escrita assim: “enormes quantias de dinheiro se movem pelo mundo numa fração de segundo e mesmo nosso gato de estimação Socks tem sua própria página na Internet”. A segunda oração é extravagante somente porque Blair não tem um gato chamado Socks.

Essa frase, na verdade, também foi incluída em uma listagem muito semelhante num livro do presidente dos Estados Unidos Bill Clinton. O que é significativo, retoricamente, é o inexorável acúmulo de evidências de mudança a que Clarke e Newman (1998) chamam de “a cascata da mudança”, tomando a nova economia com um simples fato, com que devemos conviver e nos adequar.

Resumindo, a mudança é autoritariamente representada como listas de manifestações e clichês, num presente que não reconhece lugares, com agentes sociais ocultos, demandando uma resposta predeterminada. Essas características constroem a nova economia como um simples fato, para o qual não há alternativas.

Voltemo-nos para a interdiscursividade. O texto em análise é uma recontextualização do tipo de linguagem utilizado pela economia de desenvolvimento nos textos de organizações, tais como o Banco Mundial. Há um deslocamento desse contexto para outro, cujo tipo de linguagem é o da política e governamental. Isso se manifesta em vários aspectos. O texto pertence a um gênero governamental particular – o prefácio ministerial para um documento oficial –, o que nos permite antecipar o cabeçalho, a assinatura no final, a fotografia do Primeiro Ministro, bem como a organização retórica como um todo. De caráter político, é projetado para ser persuasivo, com características distintas de um outro possivelmente apresentado pelo Banco Mundial, primariamente orientado para análise, o que não exclui uma intenção persuasiva (Para um exemplo real, ver FAIRCLOUGH, no prelo).

O texto de Blair tem características comuns de retórica política. É mais fortemente orientado para o *dever ser* do que para o *é*, direciona-se no sentido de dar prescrições e comandos para ação; o agente dessas ações projetadas é, as mais das vezes, o pronome de primeira pessoa *nós*, o *nós-governo* (“nós devemos também investir nas capacidades britânicas quando as empresas não puderem fazê-lo sozinhas”), embora a referência exata do *nós* inclusivo seja caracteristicamente vaga. Há um certo número de antíteses que estabelecem contrastes nítidos e notáveis: “novos concorrentes, mas também grandes novas oportunidades”; “uma visão de longo prazo num mundo de pressões imediatistas”; “competir ... no difícil mercado de hoje... prosperar nos mercados do amanhã”. O “mas” é uma conjunção de parataxe bastante empregada, usada no início de frases dos parágrafos 3, 4 e 5, e mais uma vez estabelecendo antíteses. O texto começa e termina com frases curtas, dramáticas, metafóricas que servem bem como estribilhos: “O mundo moderno foi varrido pela mudança”; “devemos por o futuro no lado da Grã-

Bretanha”. O vocabulário do processo inclui palavras que destacam o desejo e energia dos agentes nas ações projetadas (“construir”, “criar”, “promover”, “forjar”, “fomentar”, “confiscar”), como também o fazem as palavras que representam estados afetivos (“preparado para”, “comprometido com”). O texto é um chamado à ação coletiva, inclusiva, e comprometida.

A recontextualização requer hibridismo, mistura de diferentes discursos. Nesse texto, misturam-se os discursos de desenvolvimento e o político. A recontextualização requer transformação. Representações da nova economia não são idênticas num relatório do Banco Mundial e num prefácio político. Os diferentes textos estão infectados pelo discurso que os torna recontextualizados. É o que se observa no primeiro parágrafo do texto de Blair. A representação da mudança é condensada em três curtas frases que incorporam as características da retórica política sobre a qual já me referi (a metáfora dramática da primeira frase, a antítese da terceira) e que constitui uma base dramática, abrupta e acabada para a persuasiva retórica política do texto. Matéria análoga seria provavelmente mais completa e mais bem elaborada num relatório do Banco Mundial (Para uma comparação real, ver FAIRCLOUGH, no prelo). A recontextualização implica transformação para acomodação ao novo contexto e seu discurso.

A análise interacional mostra como a nova ordem econômica está textualmente construída como um fato inevitável da vida. Se os textos com tais construções são, como sugeri, comuns e estão disseminados nos vários tipos de discurso, e, além disso, domesticados pela recontextualização dentro dos diversos tipos de discurso e gêneros, pode-se constatar que o *efeito gotejante* de tais representações em muitos textos e interações é também um obstáculo para que o problema seja resolvido.

6 Em certo sentido, precisa ser problemática a ordem social (a rede de práticas)?

Eu já respondi efetivamente à pergunta acima: representações da mudança econômica e da nova economia global como inevitáveis são uma parte legitimadora da nova ordem social. Isso também é uma questão de ideologia. São representações e distorções parciais: concretamente, a inevitabilidade e a inexorabilidade da nova economia repousam significativamente sobre acordos intergovernamentais – sobre o comércio mundial, por exemplo – e sobre o desregramento dos mercados financeiros. O desregramento é geralmente reversível embora em alguns níveis os

mercados tenham uma lógica impessoal a que todos os envolvidos devem se submeter. Não há nada que tenha sido criado socialmente que não possa ser modificado no mesmo âmbito. Essas representações e distorções que claramente contribuem para a manutenção de relações desiguais de poder são, todas elas, ideológicas.

7 Identificar possíveis caminhos para vencer os obstáculos

Neste ponto, devo introduzir outro texto (Apêndice 2), trecho de um livro (BROWN & CASTES, 1996) escrito por dois antigos membros do Partido dos Trabalhadores, Ken Coates, membro do Parlamento Europeu, e Michael Barrat Brown. Ambos estão atualmente trabalhando na *Indepedent Labour Network* e escrevendo sobre a visão da *New Labour* a que chamam de “globalização capitalista”, a “nova economia global”, nos termos da *New Labour*.

A razão de incluir um novo texto neste estágio é sair, nos termos que apresentei anteriormente, do dominante para a diferença e resistência. O tipo de representação da nova economia que venho discutindo até agora não é o único em textos e interações contemporâneas, embora seja o dominante. Há diferenças, mas também resistência. Esses autores escrevem contra a *New Labour*, tomando uma posição de esquerda dentro do movimento trabalhista. Existem também textos de resistência em organizações anticapitalistas que recentemente têm alcançado destaque em eventos, como os protestos na reunião da Organização Mundial de Comércio realizada em Seattle em 1999. Com relação ao texto de Blair, selecionei para esta reflexão um texto tipificador de muitos outros, um estudo mais completo faria uma análise mais rica. Essas representações alternativas se encontram em uma contrarrede de práticas sociais emergentes que, pelo menos, constitui um possível recurso para indicação dos obstáculos que tenho discutido, apesar de serem na atualidade relativamente marginalizados. Avaliar o quão substancial será um determinado recurso será difícil neste estágio. Além do mais, uma avaliação detalhada está além do escopo desse artigo. Devo limitar-me a uma análise interacional que foque as mesmas características identificadas no texto de Blair para demonstrar como essa representação de mudança difere da dominante.

Os agentes neste trecho são diferentes daqueles do texto de Blair. São agentes sociais, “as grandes empresas transnacionais”, “as empresas baseadas na Grã-Bretanha”, “as empresas baseadas em países estrangeiros”, “a União

Européia”, “a Comissão Européia”, entre outros. Vale mencionar que as representações da nova economia da *New Labour* nunca se referem a corporações transnacionais. O termo *capital* é usado em dois sentidos, primeiro como um agente social equivalente a uma empresa capitalista (“o Capital sempre foi global”), e segundo no sentido de dinheiro (“o capital é mais móvel”). Esses agentes sociais são em alguns casos agentes de processos materiais na economia. É o que se observa em “capital se movendo internacionalmente”, “companhias operando transnacionalmente... operando no Reino Unido”, “a União Europeia... reforçam sua posição de clientes”, “a Comissão Europeia... providenciando uma clientela mais bem organizada para as transnacionais”. Mas há também processos materiais que poderiam ter recebido agentes sociais, mas não receberam: “o capital é mais móvel... pode ser movimentado mais rapidamente por meios eletrônicos”. Na citação, a última oração é relacional, mas pode ser vista como uma metáfora gramatical (HALLIDAY, 1994) para uma oração material: como “o capital pode ser mais facilmente movimentado”, “as companhias podem movimentar o capital mais facilmente”.

Ao invés de um presente dissociado do tempo e da história, às orações no presente são, em muitos casos, dadas especificações temporais (“os governos hoje cada vez mais requerem”). A expressão “cada vez mais” constrói um presente como um processo de tornar-se “o atual objetivo da Comissão Europeia”. O presente simples combina-se com o presente perfeito (“tais companhias transnacionais vêm se tornando dominantes”), o que dá profundidade histórica ao presente, moldando um presente em relação ao passado e, em termos de processo, ligando o passado ao presente. Além do mais, a mudança econômica é em parte especificada em termos de lugar, em vez de ser representada independentemente dele (“peculiar ao Reino Unido”, “Europa”).

Quanto à modalização, não temos neste último texto as divisões entre o *é* e o *dever ser*, característico nas representações dominantes. Há uma significativa mudança no final do excerto do *é* para o “poderia ser”, representando o atual sistema econômico não como o único possível, mas como aberto a mudanças iniciadas pelos agentes sociais, “os governos dos estados europeus”. A modalização das afirmações é categórica e autoritária, como nos texto de Blair, mas não são clichês tão óbvios.

A sintaxe do trecho também é diferente da do texto de Blair. Ela não possui as listas justapostas deste, a construção de listas de evidências para estabelecer

retoricamente a inexorável realidade da mudança. O trecho é mais argumentativo, e uma indicação disso é a natureza dos elos coesivos entre as frases, que incluem conjunções (“em outras palavras”, “de fato”, “mas”), comparativos (“mais importante”, “além disso”, “outras, ordens melhores”) e um pronome anafórico com antecedente oracional (“que”).

Alguém pode afirmar que esse é um discurso diferente e suas características também incluem vocabulário que a *New Labour* não usa, como, por exemplo, as palavras *capital* no sentido de comércio capitalista, *transnacionais*, *clientelismo*, bem como (em algum lugar no mesmo capítulo) representações de governo e capital, como acontece em governos “desafiando o poder do capital internacional”.

8 Refletir criticamente sobre a análise

Como pode uma análise como esta contribuir para a resolução de problemas tais como o que enfatizei? Como podemos conectar artigos acadêmicos a, digamos, campanhas contra o neoliberalismo, ou, mais concretamente, a campanhas da Organização Mundial de Comércio na tentativa de expandir o livre comércio? A vida acadêmica está organizada como uma rede de práticas distintas, um mercado distinto, e uma análise crítica que permanece dentro de seus limites provavelmente não surtirá muito efeito. Pode ser que tenha algum efeito, se as pessoas que gastam algum tempo de sua vida em cursos de pós-graduação levarem ideias e abordagens para outras áreas de sua vida. Mas continuo achando que devemos repensar a maneira como pesquisamos, onde e como publicamos, e como escrevemos. Com respeito a como pesquisamos, o que eu disse sobre as representações da nova economia não se liga diretamente às campanhas de ativistas contra problemas como o livre comércio. Por que não trabalhamos com ativistas no projeto e desenvolvimento da pesquisa, amarrando essa experiência, por exemplo, a campanhas de pessoas deficientes a favor de reformas da assistência social? Como e onde publicamos? Por que não publicar em panfletos, em artigos de jornais e de revistas, em livros populares, ou na Internet? Com relação a como escrevemos, seria possível desenvolver maneiras acessíveis de se escrever a muitas pessoas, sem serem superficiais? (Para conferir uma tentativa de escrever um livro popular sobre a linguagem da *New Labour*, ver Fairclough (2000c), e ver também *Daily Telegraph*, de 2 de março de 2000, para um artigo futuro sobre o mesmo tema).

9 Para seguir lendo

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: University Press, 1999.

Este livro apresenta uma explicação mais sistemática da versão da ACD que expomos neste capítulo.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Londres: Longman, 1989.

Esta é a primeira versão deste enfoque da ACD, com um amplo tratamento das questões vinculadas à linguagem e ao poder.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

Esta é uma das primeiras versões da ACD, relacionada com a investigação sobre a mudança social.

FAIRCLOUGH, N. *New Labour, New Language?* Londres: Routledge, 2000

Uma introdutória divulgação da análise do discurso político. Baseia-se na versão da ACD que apresentamos neste capítulo.

Referências

BHASKAR, R. *Scientific realism and human emancipation*. London: Verso, 1986.

BERNSTEIN, B. *The structuring of pedagogic discourse*. London: Routledge, 1990.

BOURDIEU, P. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les éditions de minuit, 1979.

_____. A reasoned utopia and economic fatalism. *New Left Review*, 227, p. 25-30. 1998.

BROWN, B. M.; COATES, K. *The Blair revelation: Deliverence for Whom?* Nottingham: Spokesman, 1996.

CASTELLS, M. *The information age: economy, society and culture*. 3. vols. Oxford: Blackwell, 1998.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CLARK, J.; NEWMAN, J. *A modern British people? New Labour and the reconstruction of social welfare*. Department of Intercultural Communication and Management, Copenhagen Business School: Occasional Paper, 1998.

DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY. *Building the Knowledge-Driven Economy*. London: Stationery Office, 1998.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Oxford and Cambridge: Polity Press and Blackwell, 1992.

_____. Discourse, social theory and social research: the case of welfare reform. *Journal of Sociolinguistics*, 4(2). 2000a.

_____. Representations of change in neo-liberal discourse. *Relaciones Laborales*, 2000b.

_____. *New labor. New language?* London: Routledge, 2000c.

_____. Representations of change in neo-liberal discourse. *Relaciones Laborales*. No prelo.

FORGACS, D. *Gramsci reader*. London: Lawrence and Wishart, 1988.

FOWLER, R.; HODGE, G.; KRESS, G.; TREW, T. (Eds.) *Language and control*. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Arnold, 1994.

HARVEY, D. *Justice, nature and geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

JESSOP, B. The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(2), p. 323-360. 2000.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London and New York: Verso, 1985.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.

Apêndice 1: Construindo uma economia baseada no conhecimento

O mundo moderno foi varrido pela mudança. Novas tecnologias surgem constantemente; novos mercados estão se abrindo. Existem novos concorrentes, mas também grandes novas oportunidades.

Nosso sucesso depende da eficácia com que exploramos nossos recursos mais valiosos: nosso conhecimento, habilidades e criatividade. Essas são as chaves para a projeção de bens e serviços valorizados e aperfeiçoamento das práticas administrativas. Elas ocupam uma posição central na moderna economia baseada no conhecimento.

Esse novo mundo de mudanças desafia as empresas a serem inovadoras e criativas, a melhorarem sua produção continuamente, a construir novas alianças e a assumirem riscos. Mas também desafia o governo a criar e executar uma nova abordagem para as políticas industriais.

Esse é o propósito deste *White Paper*. A antiquada intervenção do Estado não funcionava e nem poderia. Mas a confiança cega no mercado também não.

O governo precisa fomentar a competição, estimulando os empreendimentos, a flexibilidade e a inovação abrindo mercados. Mas também precisamos investir nas capacidades britânicas quando as empresas, sozinhas, não puderem: em educação, em ciência, e na criação de uma cultura empreendedora. Devemos promover parcerias criativas que ajudem as empresas a colaborar em troca de vantagens competitivas, a promover uma visão de longo prazo num mundo de pressões imediatistas, a equiparar seus desempenhos com os melhores do mundo, a forjar alianças com outros negócios e com empregados. Tudo isso é papel do DTI (Departamento de Comércio e Indústria).

Não atingiremos nossos objetivo do dia para a noite. O presente *White Paper* cria uma estrutura de diretrizes para os próximos dez anos. Devemos competir mais efetivamente nos difíceis mercados de hoje se quisermos prosperar nos mercados de amanhã.

No governo, no comércio, em nossas universidades e por toda nossa sociedade, devemos fazer muito mais para adotar um novo espírito empreendedor, equipando-nos para prazos prolongados, estando preparados para aproveitar oportunidades e comprometidos com a inovação constante, com o desempenho melhorado. Essa é a rota para o sucesso comercial e prosperidade para todos. Devemos colocar o futuro ao lado da Grã-Bretanha.

Apêndice 2

O capital sempre foi global, movimentando-se internacionalmente das bases situadas nos países industrialmente desenvolvidos. O que mudou não foi o fato de o capital estar mais móvel... mas as bases que estão menos importantes como mercados e centros de produção. Em outras palavras, as grandes empresas transnacionais não estão apenas maiores, mas também mais independentes... a União Europeia, longe de oferecer liderança e desafio para as nações-estados da Europa, reforça sua posição de cliente de empresas transnacionais. De fato, o clientelismo não se aplica apenas a empresas baseadas na Europa... Embora seja verdade que o capitalismo nacional não seja mais possível numa economia globalizada, não é verdade que os governos nacionais – e, por extensão, a União Europeia – são totalmente incapacitados de empregarem seus poderes contra as ações arbitrárias do capital transnacional. Há muito que os governos podem fazer para barganhar. Mas, tal barganha tem que ter uma dimensão internacional ou as empresas podem continuar a dividir ou conquistar. A *New Labour* parece ter abandonado a permanência de tradições internacionalistas dos trabalhadores. A ICTFU, TUC europeia e os grupos de comércio de Gênova oferecem-se como aliados potenciais para fortalecer a resposta aos trabalhadores britânicos ao capital internacional (BROWN; COATS, 1996, p. 172-174).

Recebido em 16/07/2012

Aprovado em 31/10/2012